

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INNOVADOR (ProEMI) NO ESTADO DO TOCANTINS

EVALUATION OF THE INNOVATIVE HIGH SCHOOL PROGRAM (ProEMI) IN THE STATE OF TOCANTINS
EVALUACIÓN DEL PROGRAMA INNOVADOR DE ESCUELA SECUNDARIA (ProEMI) EN EL ESTADO DE TOCANTIN

Victor Ferreira Diniz¹
Lina Maria Gonçalves²

Resumo: O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, tem como finalidade oferecer apoio técnico e financeiro para as escolas públicas brasileiras de Ensino Médio, visando a autonomia na elaboração de seus currículos, de forma integrada, participativa e inovadora, visando promover a melhoria dos índices, neste segmento educacional. Foi empregada abordagem qualiquantitativa, com uso de análise documental e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, foram avaliadas as ações do ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas, Tocantins. Ficou constatada a limitação do uso exclusivo do Quadro Lógico (QL) para avaliar o programa, pois os indicadores são importantes, mas insuficientes. Assim, o QL foi adaptado com a inclusão de diretrizes apontadas pela equipe da escola. Observou-se um comprometimento da escola em dinamizar o currículo e ajudar os estudantes no desenvolvimento de habilidades fundamentais, mas um déficit nos registros o que justifica a necessidade de monitoramento, desde a implantação.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Quadro Lógico, Avaliação Contextualizada.

Resumen: El Programa de Escuelas Secundarias Innovadoras - ProEMI, tiene como objetivo proporcionar apoyo técnico y financiero a las escuelas secundarias públicas brasileñas, con el objetivo de lograr la autonomía en la elaboración de sus planes de estudio, de manera integrada, participativa e innovadora, con el objetivo de promover la mejora de los índices., en este segmento educativo. Se utilizó un enfoque cualitativo y cuantitativo, utilizando análisis de documentos y entrevistas semiestructuradas para recopilar datos. Las acciones de ProEMI se evaluaron en Frederico José Pedreira Neto, de Palmas, Tocantins. Se encontró la limitación del uso exclusivo de Quadro Lógico (QL) para evaluar el programa, porque los indicadores son importantes pero insuficientes. Por lo tanto, el QL se adaptó con la inclusión de pautas señaladas por el personal escolar. Hubo un compromiso de la escuela para racionalizar el plan de estudios y ayudar a los estudiantes en el desarrollo de habilidades básicas, pero un déficit en los registros que justifica la necesidad de monitoreo desde la implementación.

Palabras clave: Políticas públicas educativas, marco lógico, evaluación contextualizada.

Abstract: The Innovative High School Program – IHSP, aims to provide technical and financial support to the Brazilian public high schools, aiming at the autonomy in the elaboration of their curricula, in an integrated, participative and innovative way, aiming to promote the improvement of the indexes., in this educational segment. A qualitative and quantitative approach was used, using document analysis and semi-structured interviews to collect data. IHSP actions were evaluated at State School Frederico José Pedreira Neto, de Palmas, Tocantins. It was found the limitation of the exclusive use of Logical Framework (LF) to evaluate the program, because the indicators are important but insufficient. Thus, the LF was adapted with the inclusion of guidelines pointed by the school staff. There was a commitment from the school to streamline the curriculum and assist students in the development of core skills, but a deficit in the records that justifies the need for monitoring since implementation.

Keywords: Educational Public Policies, Logical Framework, Contextualized Evaluation.

¹ Gestor Público no Governo do Estado do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. victoruft@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-6573-027X>.

² Professora na Universidade Estadual de Minas Gerais e do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, Unidade de Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. marialina.mg@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-9859-1309>

Introdução

O Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, criado a partir da Portaria 971 de 9 de outubro de 2009, como política pública do governo federal, tem como objetivo,

apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea. (BRASIL/MEC 2016/2017).

Ainda, como uma de suas propostas, busca oferecer a oportunidade para que as escolas redesenhem seus currículos do Ensino Médio, formulando atividades integradoras, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL/MEC, 2017). Além de contemplar as mais diversas áreas de conhecimento, o programa amplia o tempo na escola com a intenção de implantar a educação integral e garantir maior autonomia aos seus gestores, no tocante as decisões e ao uso dos recursos destinados as mesmas.

No Tocantins, o ProEMI foi implantado somente em 2012, com a adesão de 24 escolas estaduais. Atualmente o programa atende a 54 escolas estaduais de 49 municípios, sendo que R\$ 1,5 milhão em recursos foram investidos no ano de 2017³. Na capital, Palmas, o programa atualmente é

adotado em duas escolas, Escola Estadual São José e Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto - EEFJPN, sendo esta última, objeto de estudo da presente pesquisa.

O programa, como uma política pública, é neste contexto compreendido como disposições, medidas e procedimentos, que traduzem a orientação política do estado e que regulam as atividades governamentais, relacionadas às tarefas de interesse público (SANTOS, 2010).

Todas as variáveis e respectivas tarefas mencionadas por Santos (2010) devem ser consideradas ao avaliar um programa. Contudo, de maneira simplificada, se pode visualizar uma política pública por meio de sua composição envolvendo um ciclo composto de fases, que passam pela identificação do problema, definição de uma agenda, passando pela formulação, implementação e avaliação da referida política (SANTOS, 2010). Esta última etapa consiste na verificação se “plano originalmente traçado está efetivamente alcançando as transformações que pretendia” (SANTOS, 2010. p.7).

Porém, não deve pensar em política pública na maneira simplificadora, como pode parecer a perspectiva do ciclo apresentada por Santos (2010). Cabe destacar toda complexidade existente que envolve todas as fases desse ciclo. Para o avaliador

é igualmente fundamental, contudo, ter em mente que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação. Mais que isto, devem levar em conta que os implementadores é que fazem a política, e a fazem segundo suas próprias referências. Nessas circunstâncias, cabe investigar a autonomia decisória dos

³ Disponível em: <<http://to.gov.br/noticia/2017/4/27/escolas-do-tocantins-iniciam-atividades-do-programa-ensino-medio-inovador/>> Acesso em: 28 de abril de 2017.

implementadores, suas condições de trabalho e suas disposições em relação à política sob avaliação (ARRETCHE, 2011. p. 54).

Nesse sentido o presente estudo não pretende visualizar o PROEMI como uma política engessada cuja implementação se deu de maneira ritualística, cuja aplicação tenha seguido apenas o manual, visto que programas públicos são influenciados pelas ações dos diversos atores, envolvidos em seu desenvolvimento.

Para Bravo (2002), a avaliação de políticas públicas para educação é um grande desafio, tendo em vista a necessidade de obter informações confiáveis, por parte dos gestores do programa, para subsidiar uma avaliação adequada e concisa.

Não basta estabelecer metas, políticas, programas e projetos se estes, durante o período de execução, não forem adequadamente gerenciados e avaliados. A avaliação possibilita que seja feita, em tempo oportuno e de forma eficaz, a necessária e inevitável correção de rumos (SANTOS, 2010, p.8).

Os argumentos de Bravo (2002) e de Santos (2010) são oportunos, visto que são observadas dificuldades na implantação de políticas públicas de Estado, ou seja, políticas de longo prazo e que perdurem, independentemente de quem seja o governante no poder. O que se tem verificado são programas e projetos sendo implantados esperando-se resultados imediatos e, quando tais resultados não aparecem, o programa termina por ser abandonado ou tem sua direção afetada consideravelmente. A falta de monitoramento e de uma avaliação

sistemática causa prejuízos, tanto financeiros, quanto sociais, quando a população, que é a principal receptora dos programas implantados, não têm suas necessidades atendidas.

É importante destacar que monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos, apesar de processos complementares, possuem diferenciações. Cunha (2018, p. 33) explica que “a avaliação examina os produtos, ou seja, os bens e serviços produzidos pelo programa, entregues ao público-alvo. O monitoramento é um processo contínuo, realizado durante a execução do programa, com a intenção de corrigir imediatamente qualquer desvio dos objetivos operacionais.”

Desse modo, a avaliação concebida neste artigo, se refere a condução do processo a partir de um ponto específico do ciclo de vida do programa e “consiste em um estudo em profundidade para verificar se o plano originalmente traçado está efetivamente alcançando, as transformações que pretendia”. Sendo assim, “[...] a avaliação necessita das informações provenientes do monitoramento para realizar o julgamento que lhe cabe, a respeito da eficiência, eficácia e efetividade dos programas” (CUNHA, 2018. p.33).

Considerando-se que o ProEMI foi implantado na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas, TO, em 2014 e não passou por uma avaliação sistemática, emergem os seguintes questionamentos: a) Como desenvolver o monitoramento e avaliação do Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, no município de Palmas, TO desde sua implantação em 2012 até 2018? b) Seria possível adaptar o quadro lógico e empregá-lo nessa avaliação?

Desta forma a pesquisa teve como objetivo geral analisar as possíveis contribuições do PROEMI para a melhoria do Ensino Médio da Escola tendo como pano de fundo a matriz do quadro lógico, ampliada por diretrizes e dados coletados junto aos diferentes atores envolvidos.

Destaca-se que o presente artigo é parte da dissertação produzida no programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins. Na oportunidade, levando em consideração a indefinição sobre os meios para a avaliação do ProEMI na escola em destaque, se propôs a formulação de métodos para tal. A pesquisa envolveu a produção de questionários e formulários, a serem empregados no acompanhamento das ações do programa, na escola, em conjunto com professores e coordenadores, como principais envolvidos em sua implementação do programa na escola, a fim de gerar dados para o preenchimento do quadro lógico. Por fim, a pesquisa original propôs uma metodologia de avaliação do programa, a partir das percepções indicadas por tais coordenadores e professores.

O presente artigo apresenta sinteticamente a pesquisa original e, para tal, além desta introdução, é composta pela metodologia, dando destaque à abordagem utilizada e aos procedimentos de coleta de dados, adentrando em uma discussão conceitual dos temas correlatos. Por fim, apresenta os resultados alcançados e as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Levando-se em consideração a característica interpretativa que se deve tomar em relação ao objeto estudado, adotou-se uma abordagem

predominantemente qualitativa, pois, esse tipo de pesquisa

envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

Sinteticamente, uma pesquisa pode ser considerada qualitativa se sua intenção for a compreensão e a interpretação de dados não numéricos (GABRIELIAN; YANG; SPICE, 1999, p.142-143). Desta forma, a partir dos dados coletados pretendeu-se chegar aos objetivos anteriormente mencionados.

Contudo, apesar da predominância qualitativa não foram abandonados os dados quantitativos, pois estes ajudam fundamentar a avaliação do Programa Ensino Médio Inovador, na escola pesquisada. Ou seja, quantidade e qualidade se complementaram na busca “de um conhecimento mais amplo sobre o tema da pesquisa, em comparação ao conhecimento fornecido por uma única abordagem” (FLICK, 2009, p.46).

A partir de dados métricos coletados de arquivos da secretaria acadêmica da escola e Secretaria Estadual de Educação, assim como, resultados do Ideb e Saeb, pode-se ampliar a análise do ProEMI e verificar, a partir de seus resultados, se o programa tem demonstrado avanços. Nas palavras de Gatti (2004), “em si, tabelas, indicadores, testes de significância, etc., nada dizem, [pois o] significado dos resultados é dado pelo pesquisador em função de seu esforço teórico.” Portanto, a presente pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa

com aportes de dados quantitativos, ou seja, uma abordagem qualiquantitativa.

Procedimentos para coleta e análise dos dados

Na fase inicial, a partir de uma pesquisa do tipo exploratória, o pesquisador teve os primeiros contatos com documentos oficiais, da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC e da EEFJPN no município de Palmas - TO, tomada como objeto de investigação. Este foi um tempo importante para compreender o contexto de pesquisa e a atuação dos participantes compostos pelos coordenadores e professores da escola, além dos responsáveis pelo programa na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

Partindo do pressuposto que a avaliação do programa era inexistente ou ineficiente, tendo em vista a falta de previsibilidade nos Documentos Orientadores do Programa, foi confirmada a necessidade de elaborar e utilizar uma metodologia para avaliação do ProEMI. Tal metodologia deveria permitir seu acompanhamento na escola e uma possível utilização posterior em outras escolas da rede estadual de ensino, de maneira eficiente e eficaz, resguardando o tempo produtivo de gestores, coordenadores, professores e demais profissionais envolvidos na implementação do programa.

Levando-se em consideração que o programa não possuía, ou não teve em sua elaboração, uma matriz do quadro lógico no momento de seu planejamento, pretendeu-se neste artigo, realizar o preenchimento QL enquanto o ProEMI encontrava-se em execução, na EEFJPN. Para isso, esperou-se que as informações e os dados coletados na pesquisa fossem suficientes como base para o preenchimento das linhas e colunas da

matriz. Desse modo, as lacunas existentes e identificadas no QL foram objeto da proposição final da pesquisa.

Em relação aos dados quantitativos, priorizou-se o uso dos arquivos públicos e das fontes estatísticas baseadas na análise e interpretação dos dados disponíveis. Quanto aos qualitativos, foram analisados, o projeto político pedagógico da escola, projetos desenvolvidos por professores e coordenadores, propostas curriculares, arquivos da secretaria, censos escolares (aprovações, reprovações, abandono e evasão), relatórios de gestão e demais documentos, que permitiram o preenchimento do QL como uma ferramenta para o monitoramento e avaliação do ProEMI. Além da análise documental, foram realizadas oito entrevistas do tipo semiestruturada, com professores e coordenadores diretamente ligados ao ProEMI.

Desta forma, além dos resultados apresentados com a análise do programa, no período estudado, pretendeu-se deixar a elaboração do QL como ferramenta capaz de auxiliar no monitoramento e avaliação do programa. podendo ser facilmente adaptado para avaliação de políticas públicas educacionais, principalmente no estado do Tocantins. Especialmente em relação ao ProEMI, espera-se que possa ser posteriormente utilizada pelos gestores, como forma de monitoramento do programa.

Discussão Conceitual

A concepção de política pública adotada no presente artigo se refere àquela voltada para as ações e decisões governamentais, com ou sem participação de outros atores, que visam resolver questões

da sociedade para promoção das liberdades dos indivíduos e avanços ou mudanças qualitativas da realidade vivida. Nas palavras de Saravia (2006, p. 28) “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Usualmente se tornou comum pensar políticas públicas com a ideia de um ciclo mais ou menos linear, perpassado por etapas e que visualmente demonstra maior clareza ao conceito de políticas públicas. Durante os anos, diversos autores discorreram sobre o tema apresentando-o em ciclo com suas etapas e seus processos (HEIDEMANN, 2009; FREY, 2000; DEUBEL, 2002; SUBIRATS, 1992; SARAVIA, 2006).

No entanto, esse ciclo não pode ser visualizado de forma estanque ou engessado, deve-se reconhecer a dinamicidade existente em cada uma de suas etapas. Conforme Marques, (2013, p.33) deve-se reconhecer a existência de “vários níveis de governo e ciclos concomitantes, assim como as diferenças nas formas de articulação entre etapas em políticas distintas”. O autor argumenta, ainda que ocorre a superposição de etapas, além de mudanças decorrentes da participação de diversos atores, no decorrer de sua implementação.

Cabe, ainda destacar que as políticas públicas não podem ser desenvolvidas apenas de cima para baixo, sendo de suma importância a participação das instâncias abaixo das estruturas organizacionais, bem como a participação de outros atores sociais, nelas envolvidos (MARQUES, 2013).

Contudo não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre a organização das políticas públicas, optando-se por apresentar o enfoque da avaliação, com maior destaque

Gonzalez (2011, p. 854) destaca a importância da avaliação de programas e políticas públicas:

La evaluación supone una definición sobre los parámetros con los que se realizarán los juicios, el valor substantivo de la política para atender a una demanda social, o un valor común, y la forma con habrán de realizarse las apreciaciones sobre los recursos, las actividades y directrices contempladas para brindar una solución a los problemas que se identificaron como atendibles por la acción gubernamental.

Apesar de sua importância, a avaliação não tem sido uma prática comum na gestão pública. Nas palavras de Mokate (2002, p. 90), “la evaluación se ha reconocido como importante, mas no se ha convertido en un proceso indispensable que forme parte del proceso de gestión”.

Para uma avaliação adequada de um programa, são necessárias fontes e meios ou ferramentas adequadas. Entre as existentes para avaliação de programas, a Metodologia do Marco Lógico – MML é amplamente utilizada pelos organismos internacionais de cooperação e de financiamento, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (GONZALEZ, 2011; PEREIRA; CONCEIÇÃO, NUNEZ, 2009).

Esta metodología supone una identificación de problemas sociales a los que la administración pública trata de responder, precisando caules son las lógicas causales que los producen (árbol de problemas), para definir el nivel en que su intervención puede representar una solución adecuada y significativa al

problema referido (GONZALEZ, 2011, p. 856).

O MML se configura como um conjunto de etapas a serem seguidas, visando apontar a necessidade de intervenção em determinada situação social. Os resultados destas etapas podem ser sintetizados no Quadro Lógico (QL) que pode ser definido, da seguinte maneira:

Trata-se de uma apresentação estruturada do conteúdo de um projeto de intervenção, na qual existe uma relação causal entre níveis: atividades/resultados, resultados/objetivo do projeto e objetivo do projeto/objetivo superior. Essa cadeia e suas relações devem ser lógicas e plausíveis, mas não se trata de uma simples relação de causa/efeito. (PFEIFFER, 2000, p.84).

O QL é geralmente formado por 4 linhas e 4 colunas. O quadro 1 apresenta o modelo de matriz de Pfeiffer (2000) adotado no presente artigo.

Quadro 1- Metodologia Marco Lógico

	Lógica da Intervenção	Indicadores Objetivamente Comprováveis	Fontes de Comprovação	Suposições Importantes
Objetivo Superior	←	←	←	←
Objetivo do Projeto	←	←	←	←
Resultados	←	←	←	←
Atividades Principais	←	←	←	←

Fonte: Adaptado de Pfeiffer, (2000, p.84)

Na matriz de Pfeiffer (2000, p.86), a lógica de intervenção (primeira coluna do quadro 1) possui o objetivo superior descrito como a visão de futuro do programa, ou seja, o que se pretende alcançar. Basicamente é o objetivo estratégico da política, aquele que “orienta de forma geral a atuação do projeto dentro do contexto organizacional”.

Ainda para Pfeiffer (2000) o objetivo do projeto é o efeito esperado pela intervenção. São as mudanças que serão provocadas pelos resultados do projeto, sendo os resultados os bens ou serviços produzidos pelo projeto. Para o alcance de cada um deles existe uma série de atividades principais que devem ser desenvolvidas. É o que se pode chamar de lógica vertical, para que se possa “subir os degraus” da matriz é importante que tenham sido realizadas as atividades, ocorrida a aplicação dos componentes, para se alcançar os objetivos específicos (propósito) e por fim o objetivo principal, que é a solução do problema central, identificado inicialmente.

Pfeiffer (2000, p.83) demonstra que o QL possui também uma lógica horizontal, segundo a qual, para se passar para a segunda linha da matriz, deve-se também obedecer ao que está disposto horizontalmente, na respectiva lógica de intervenção.

Na segunda coluna encontram-se os indicadores objetivamente comprováveis tendo como função “caracterizar mais detalhadamente os objetivos e os resultados. Esta coluna estabelece o que e quanto se pretende alcançar e fornece uma base para o acompanhamento e a avaliação do planejado” (PFEIFFER, 2000, p.92).

Na terceira coluna as fontes de comprovação indicam onde se encontram as informações e os dados dos indicadores e, na quarta coluna, destacam-se as suposições importantes, que são os fatores externos que podem influenciar no êxito do projeto, isto é, são os riscos que podem afetar a continuidade do programa.

Para o uso da metodologia é importante ter clareza sobre suas vantagens e desvantagens. Existem importantes críticas ao modelo que deve ser compreendido e

analisado antes, durante e após a utilização da metodologia.

Gonzalez (2011, p. 859-860) aponta algumas vantagens da utilização do MML e que se estende ao Quadro Lógico, pois este faz parte da metodologia, como uma das etapas.

1. *Provee una visión global sobre los objetivos de una política o programa;*
2. *Facilita el pensamiento lógico (pero no lo sustituye);*
3. *Permite construir y dar seguimiento a un conjunto de indicadores de logro, medibles e con plazos de realización de los objetivos;*
4. *Identifica fuentes de información específicas, válidas y comprobables;*
5. *Permite delimitar algunas hipótesis sobre otros factores incidentes em el programa (pero que quedan em lo previsibl como riesgos, al estar capturados em la columna de supuestos).*

Dentre as dificuldades existentes para sua aplicação, Pfeiffer (2000) aponta o fato de que cada projeto é diferente do outro, então o preenchimento total do quadro deve ser realizado para cada programa, existindo poucos dados ou informações que podem ser reutilizados de um programa para o outro. Entretanto, os indicadores são comuns aos programas de mesma natureza, enquanto “insumos básicos e indispensáveis em todas as fases do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas e programas públicos” (JANNUZZI, 2016, p. 626).

Não se trata do uso de métodos e técnicas de avaliação como instrumentos prontos, acabados e universais. Nas palavras de Yanes (2009, p. 82):

asumimos que las evaluaciones deben ser objetivas, pero no neutrales respecto al marco de valores y conceptos que guían a la política social y que, por ende, en el marco de investigaciones rigurosas, emiten juicios de valor. Asimismo sabemos que todo proceso de evaluación se desarrolla en un marco de colaboración y conflicto, en el que están en juego valores, intereses, aspiraciones, y conceptos, que no deben ser obviados, sino explicitados. La evaluación es un proceso de investigación en un contexto de poder, política y políticas.

Entende-se que a avaliação de uma política pública envolve a escolha de metodologias científicas para a inferência de causalidades e, nesse sentido, o marco lógico apresenta limites, por isso, na presente pesquisa, foram utilizadas técnicas para coleta de dados que envolveram os diferentes participantes. Assim, tentou-se amenizar grande dificuldade prática da metodologia do marco lógico, apresentada por Pfeiffer (2000, p.112), que é a excessiva aplicação rigorosa da lógica, por parte dos gestores que a utilizam.

Deve-se levar em consideração que nenhum programa conseguirá atingir de maneira completa os objetivos logrados por seus formuladores, do mesmo modo que qualquer metodologia de avaliação possuirá suas limitações, conforme o contexto em que é aplicada. Em outras palavras,

na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução dessas concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a

gama diversa de seus beneficiários e provedores (ARRETICHE, 2011. p. 45).

Nesse sentido, a proposição contida neste artigo não se centra na aplicação de uma metodologia estanque e única, que apresente apenas dados quantitativos importados de seus formuladores governamentais para mensurar o programa. Cientes que isso implicaria, conforme Arretiche (2011), em uma avaliação negativa, pretendeu-se apresentar uma ferramenta que, se bem interpretada, poderá ser adaptada e utilizada para o monitoramento e avaliação do programa estudado. Cabe destacar que, para além de indicadores quantitativos, as informações e conhecimento de natureza qualitativa, são fundamentais para a avaliação de políticas e programas (JANNUZZI, 2014), portanto, estes foram gerados conjuntamente com os profissionais envolvidos no desenvolvimento do ProEMI, na escola.

Destaca-se, ainda, nessa adaptação do QL a necessidade “de produção de indicadores específicos [...] para avaliação dos componentes sistêmicos [do ProEMI] – recursos orçamentários, recursos institucionais, recursos humanos, portfólio de serviços, equipamentos e participação social” (JANNUZZI, 2016, p. 624). Desse modo, a participação dos diferentes atores envolvidos no programa, tanto na Secretaria de Educação, quanto na escola, foi fundamental.

Políticas educacionais e o programa ensino médio inovador

Sen (2003, p. 21-22) destaca que não garantir uma educação adequada ao indivíduo é um meio de privá-lo de suas liberdades e conseqüentemente, em uma nação que nega educação de qualidade a

seus habitantes não há o que se falar em desenvolvimento.

Diante disso, se tem a importância de promoção de políticas públicas educacionais que possam fornecer e garantir a emancipação da população. No Brasil, o Plano Nacional da Educação (PNE)⁴ possui em seu escopo 20 metas a serem alcançadas no período de 2014 a 2024. Entre as propostas contidas no PNE está a meta 3 que propõe a universalização do Ensino Médio. Ela prevê o atendimento escolar para toda a população entre 15 e 17 anos com a obtenção de uma taxa líquida de 85% de matrículas no Ensino Médio. Porém, segundo o observatório do PNE⁵, em 2015 apenas 62,5% dos jovens nesta idade estavam regularmente matriculados.

Neste contexto, o Ministério da Educação, em parceria com estados e municípios, tem buscado desenvolver ações e programas que possam auxiliar o cumprimento desta e de outras metas contidas no PNE e o Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI, representa uma destas iniciativas.

O ProEMI, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 em um contexto de implementação de ações voltadas para o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, atualmente alinhado às metas do PNE 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio, proposta pela Medida

⁴ As 20 metas são orientadas conforme o próprio documento define “para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania” (MEC/SASE, 2014, p.9).

⁵ Fonte: Observatório do PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>> Acesso em: 12 jul. 2018.

Provisória 746/2016 e regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016⁶.

O ProEMI, conforme a Portaria nº 971 (BRASIL, 2009a) pretende apoiar as Secretarias Estaduais de Educação para o desenvolvimento de ações que possam melhorar a qualidade do Ensino Médio.

Com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras (BRASIL, 2009a).

Desta forma, observa-se que o programa afere maior liberdade para as escolas definirem o que pretendem desenvolver com seus alunos, conforme suas necessidades. Para isso, o programa propõe àquelas escolas, inscritas e aprovadas para participar do programa, a ajuda financeira necessária para a implementação das propostas apresentadas.

O ProEMI no Tocantins

O estado do Tocantins aderiu ao programa em 2012, atendendo inicialmente a 24 escolas, com recursos recebidos na ordem de R\$ 936 mil reais em 2013. Na edição de 2014, período de maior adesão ao programa, 231 escolas aderiram ao ProEMI chegando a mais de 62 mil alunos do Ensino Médio, contando com recursos da ordem de R\$ 7 milhões de reais. No total, entre 2012 e 2015

foram atendidas 255 escolas com recursos de R\$ 10,5 milhões. Já no ano de 2017, última edição do programa, a quantidade de alunos atendidos reduziu drasticamente para aproximadamente 8.500 alunos, atendidos em 55 escolas, e recursos de um pouco mais de R\$ 1,6 milhão de reais.

As dificuldades e desafios para a implementação do programa são claros nos relatórios desenvolvidos pelas diretorias regionais de educação e pelas escolas. Os problemas relatados referem-se às dificuldades de se trabalhar no contraturno das aulas, tendo em vista que o transporte escolar não atende às demandas do programa. Outro muito reportado é a inadequação dos espaços físicos, visto que as atividades geralmente são desenvolvidas em espaço improvisado e muitas vezes compartilhado com outros programas.

Em relação à avaliação e monitoramento do programa o relatório da gestão estadual destaca que, entre as ações do MEC,

para acompanhamento do programa nos estados serão realizadas avaliações específicas, nas escolas que trabalham com o ProEMI, além do acompanhamento das taxas de aprovação, reprovação, abandono das escolas e no banco de dados do INEP. [...]. **Todas as ações devem ter como fim a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos com foco no ENEM.** (SEDUC-TO, 2018) [grifo nosso].

Como monitoramento o Plano de Atendimento Global (PAG) previu 2 (duas) reuniões de trabalho com as 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs) com objetivo de analisar os dados bimestrais, referentes aos resultados do rendimento dos alunos das escolas que trabalham com o ProEMI, tendo

⁶ Informações retiradas do Portal do Ministério da Educação, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439> Acesso em 27 fev. 2018.

como base comparativa os resultados nos anos anteriores, pela correlação entre eles.

Prevê ainda, que a avaliação do programa deve ser realizada ao final do ano letivo, a partir da proposta pedagógica, do planejamento escolar, da aplicação das formações repassadas à escola e pelos resultados de aprendizagem dos alunos, levando em consideração as devidas condições de trabalho dos professores e da gestão escolar, no que se refere aos espaços, equipamentos e materiais de consumo pedagógico (SEDUC-TO, 2018).

Não foi possível identificar no relatório da gestão estadual resultados que apresentassem, a partir das avaliações realizadas, a efetividade do programa. Foram observadas planilhas e documentos contendo informações sobre os repasses, a quantidade alunos atendidos, escolas atendidas e taxas de rendimento de um ano comparadas às do ano anterior, mas não foi localizada, em nenhum documento, a descrição da evolução histórica do programa nas escolas.

Porém, as observações empíricas demonstraram resultados positivos do programa, dentre eles pode-se destacar a boa aceitação por parte dos alunos, a superação de dificuldades específicas de aprendizagem, a aproximação da escola com os alunos com maiores dificuldades, devido ao menor número de alunos para o acompanhamento pedagógico. Algumas dificuldades que permanecem e precisam ser superadas, dentre elas, a infrequência dos alunos, especialmente em escolas que atendem a estudantes da zona rural. Estes têm dificuldades de transporte, além de serem alunos que auxiliam aos pais em outras atividades que geram renda para a família.

Adesão ao ProEMI pela escola pesquisada

A EEFJPN, localizada na região central de Palmas, Tocantins, criada em 1991, além do Ensino Médio, dedica-se ao Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos – EJA e ainda, possui o curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio e a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, atendendo estudantes nos três turnos.

Segundo o PPP (2018), o objetivo geral da escola é “aumentar a permanência do aluno na escola, reduzindo a evasão e repetência, por meio de ações de convivência escolar harmoniosa, que garantam um ensino de qualidade para crescimento pessoal, social de forma consciente, solidário, responsável, participativa e crítica” (SEDUC-TO, 2018). Tal objetivo demonstra a preocupação com a evasão e reprovação escolar, sem desconsiderar a necessidade de se formar pessoas conscientes de seu papel no mundo além dos muros da escola.

Na Tabela 1 é possível visualizar os resultados da escola no ano de 2017⁷ para o Saeb e Ideb traçando um comparativo no mesmo ano com os dados gerais para o estado, região norte e Brasil.

⁷ Quanto aos resultados escolares é importante destacar que o Saeb até a edição de 2015 não disponibilizava oficialmente os resultados do Ensino Médio por escola, tendo em vista que somente uma amostra de escolas do Ensino Médio participava da avaliação e desta amostra tinha-se os resultados para os Estados e Brasil (SOARES, 2018). Apenas na aplicação de 2017 que todas as escolas ofertantes do Ensino Médio e que tiveram mais de 80% de participação dos seus estudantes, tiveram seus resultados gerados e divulgados.

Tabela 1 - Resultados Saeb e Ideb em 2017 na EEFJPN.

	SAEB Língua Portuguesa	SAEB Matemática	Ideb
Brasil	267,61	269,74	3,8
Região Norte	251,88	251,67	3,3
Tocantins	260,15	264,73	3,8
Escola Frederico Pedreira ⁸	266,12	275,02	3,3

Fonte: Inep (2018).

Como pode ser observado, a escola demonstrou bons resultados no Saeb ficando abaixo apenas da média nacional quando observada a nota em Língua Portuguesa e bem acima das demais médias quando se observa a nota na prova de Matemática, porém, quando se observa o Ideb verifica-se que que a escola alcançou apenas a média regional.

Ao analisar a taxa de rendimento da EEFJPN no Ensino Médio regular a partir dos dados disponibilizados pelo INEP pode-se inferir que a partir de 2015 as taxas de aprovação e abandono vem aumentando e reduzindo, respectivamente, sendo uma considerável melhora quando se observa as taxas em 2015, pior ano para a escola. As taxas de reprovação e abandono médias foram de aproximadamente 21% e 10% respectivamente, acima da média tocantinense, que foi de aproximadamente 12% e 8% respectivamente. Estes dados subsidiaram a construção do QL, sendo indicador importante para a avaliação do

programa. A seguir são apresentados e discutidos os resultados, a partir da adesão da escola ao ProEMI.

Resultados E Discussão

De acordo com o relatório da gestão estadual apresentado ao final de 2017, a EEFJPN contempla em seu Projeto de Redesenho Curricular (PRC) sete dos oito Campos de Integração Curricular (CIC) disponibilizados pelo documento orientador do programa.

O ProEMI funciona no contraturno em três dias da semana: terça-feira, quinta-feira e sexta-feira, com atividades complementares aos sábados no turno matutino e vespertino. Tais atividades são ofertadas para todos os alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio (Estadual Frederico José Pedreira Neto, 2017). Para o desenvolvimento das ações do programa, a escola conta com uma coordenadora e seis professores do quadro efetivo, distribuídos de acordo com a formação e afinidades com os CICs. A estrutura física para apoio as salas de aula são o laboratório de informática, o laboratório de Matemática, a sala de vídeo, a biblioteca, a quadra de esportes e a sala de apoio administrativo. No ano de 2017 foram desenvolvidas diversas atividades que estão sintetizadas e apresentadas no Quadro Lógico. As s atividades promovidas visam atender aos CICs disponibilizados pelo ProEMI, em consonância com os objetivos da escola.

⁸ Mais informações sobre a escola e seus resultados oficiais no Saeb e Ideb, bem como as metas projetadas para os próximos anos, podem ser consultadas nos links: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/17026296> e <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1092046>.

Considerando, que o foco da Escola Frederico é o desenvolvimento de Ações que possibilitem a **melhoria do índice de aproveitamento escolar dos alunos**, o Programa de Ensino Médio Inovador vem contribuir para a promover a

mudança de paradigma no funcionamento da Escola, tal como o regime parcial para integral, em dois dias da semana, respeitando o retorno do aluno a Escola, assim como a oferta de alimentação, almoço e lanche, adequação de sala para repouso do aluno, facilitando a permanência do aluno na Escola, no contraturno (Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, 2017) *[grifo nosso]*.

As entrevistas apontaram um alinhamento nos discursos de professores e gestores, em relação às propostas e objetivos do programa, o que leva a inferir o conhecimento dos mesmos sobre o ProEMI e que o planejamento das atividades realizadas na escola são compartilhadas.

[o programa] é importante porque ele [aluno] tem um outro tipo de conhecimento além desse da sala de aula, tem muitos conhecimentos diferentes, é como se fosse uma escola de tempo integral que tivesse a parte teórica e prática em tudo (E 1, 2018, informação verbal).

No mesmo sentido a entrevistada 3 destaca o protagonismo juvenil, como uma das possibilidades de desenvolvimento do ProEMI, que é um dos principais objetivos do programa:

Uma educação para além do currículo que a gente tinha até então, então assim, não tem como pensar no ProEMI sem pensar na questão do currículo e um dos objetivos nesse mesmo sentido é contemplar em algumas áreas que a nossa própria educação proposta dentro das 4 horas ainda não tinha dado conta (E 3, 2018, Informação verbal).

O protagonismo juvenil surge na fala de outros entrevistados e demonstra ser um dos CICs do programa mais valorizados pela escola. Entre os principais benefícios, os entrevistados apontam o ressurgimento do grêmio estudantil, entre outras atividades que trazem maior atenção ao desenvolvimento da autonomia do aluno.

Então tanto no protagonismo quanto na questão do mundo do trabalho, das artes, da fruição da escrita vem ao encontro com essa realidade dos meninos porque foi um choque para eles, [...] tirou-os da zona de conforto, tirou o comodismo de esperar o outro [...], o ProEMI trouxe [...] equipamentos tecnológicos, internet que motiva, atrai eles, [...] se não tivesse os recursos que temos aqui o programa não teria o mesmo impacto (E 4, 2018, informação verbal).

Com a fala dos entrevistados também é possível visualizar outros benefícios ocasionados pelo programa que vão ao encontro dos objetivos destacados pelos documentos orientadores do ProEMI:

Quando se coloca os alunos para ter um maior contato com o mundo esportivo, alimentação saudável, o programa traz palestras, quando a gente coloca eles em contato com isso acho que a gente tira um pouco a questão do ócio, porque hoje em dia está difícil, mais complicado porque sabemos que eles ficam mais tempo parados, acredito que nessa parte a gente motiva mais eles (E 6, 2018, Informação Verbal).

Como se observa nas falas, o ganho qualitativo com o programa é substancial e envolve toda a comunidade, desde gestores e professores até os pais e alunos,

promovendo uma mudança na forma de visualizarem outras possibilidades, além do currículo engessado e imutável de outros tempos.

Os entrevistados apresentaram alguns desafios, que ainda precisam ser enfrentados pela escola, como a baixa assiduidade dos alunos, a não oferta de lanche e almoço a estes alunos, dentre outras dificuldades que podem ser observadas nos relatos a seguir:

Um dos problemas do trabalho é que os meninos ainda querem que as ações do ProEMI sejam permeadas no período do horário do turno deles, porque eles são de famílias que querem que eles estejam nas suas casas nos outros dois períodos... Ou nos trabalhos, tem alunos que trabalham à tarde e à noite, alunos que trabalham de manhã e à noite... eles ajudam (E 4, 2018, Informação Verbal).

Existem dificuldades que vão além dos muros da escola, dificuldades externas relacionadas ao ProEMI e que dificultam seu andamento conforme proposto. Uma destas dificuldades foi latente na fala da Entrevistada 3, que destacou a falta de previsão na legislação federal sobre a contrapartida dos estados e a participação, carga horária, dos professores. Estas lacunas legais ocasionam alguns problemas de ordem interna que o estado tem procurado resolver, de forma independente.

Outra dificuldade é encontrada quando se pensa em mensurar os resultados do programa. Os entrevistados concordam com a necessidade de se avaliar, porém possuem ressalvas quando se discute a avaliação de um modo quantitativo e qualitativo.

A gente começa a experimentar e ganhar esses frutos, mas ainda tem

um caminho longo pela frente em termos de educação integral com ou sem ProEMI. A escola ainda tem uma dificuldade muito grande em termos de avaliação e a gente vem tentando romper (E 3, 2018, Informação Verbal).

Observa-se que todos possuem consciência da necessidade de monitoramento e avaliação dos programas públicos implantados, porém, não se sabe ao certo, qual seria a maneira mais adequada de monitorar e avaliar os programas públicos educacionais, como o ProEMI, principalmente pelo alto grau de subjetividade de seus resultados.

No próximo tópico estão apresentados os dados coletados, de forma compilada dentro do QL, no qual se atesta as consistências e inconsistências do programa. Destaca-se que o preenchimento do QL, visando atender, de forma integrada a gestores e participantes do programa, em relação aos indicadores para seu monitoramento e avaliação.

A matriz do Marco Lógico como metodologia para monitoramento e avaliação do ProEMI na EEFJPN.

Para o preenchimento do QL foram empregados dados coletados das diferentes fontes, incluindo informações verbais coletadas e conversas com os profissionais, na escola. Assim, algumas informações, apesar de não se encontrarem explícitas nos documentos oficiais, tanto da gestão como da escola, são inferidos a partir destas coletas, cotejadas pela compreensão do autor quanto ao entendimento dos dados importantes para o monitoramento do programa.

Seguindo o modelo apresentado por Pfeiffer (2000) foi possível construir o QL, mostrado no Quadro 2 (**Anexo 1**).

O Documento Orientador do ProEMI (BRASIL, 2016/2017) destaca que as políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio devem trabalhar em consonância para se buscar o objetivo superior, que é o atendimento à Meta 3 do PNE. O ProEMI busca justamente promover as condições necessárias para a melhoria dessa etapa do ensino, propondo o redesenho curricular. Desta forma, as propostas devem obedecer a uma relação causal entre as atividades realizadas e os resultados esperados, em busca desse objetivo maior, ou seja, tornar a escola mais atrativa promovendo a manutenção do aluno na mesma.

Como se observa no Quadro 2, a seguir, não foi possível o preenchimento do QL, em sua completude, apenas com as informações coletadas e explícitas nos documentos disponíveis, sendo parte dos seus quadros, preenchida a partir de inferência e proposições realizadas pelo pesquisador.

Isso demonstra a inconsistência do monitoramento do programa, o que repercute em sua avaliação. Não foram encontrados meios definidos capazes de favorecer o seu acompanhamento durante execução, tampouco de definir, quantitativamente ou qualitativamente, seus resultados.

Neste sentido, a partir das entrevistas foi possível observar uma série de critérios (o currículo ofertado, as produções dos alunos, os resultados ao sair da escola, etc) que pudessem servir de referenciais para se mensurar e avaliar os resultados do ProEMI, que também servem para outros programas públicos educacionais.

Entre outras possibilidades destacadas pelos entrevistados observa-se, em grande

parte, a necessidade de promover a participação dos alunos, pais e professores na avaliação, trazê-los para dentro do processo, porque são os verdadeiros impactados pelo programa.

Eu não entendo muito da tecnologia não, mas a gente vê tantas pesquisas online serem lançadas dentro das escolas, das tecnologias que existem disponíveis acho válido um questionário buscando o qualitativo e disponibilizar para as 55 escolas que trabalham, mais efetivamente e daí colher a opinião da escola final, opinião dos alunos (E 8, 2018, Informação Verbal).

O entrevistado 8 destaca um ponto relevante, considerando que vivemos numa sociedade digital ou em rede. Nesta sociedade, dados e informações podem ser rapidamente produzidos, compartilhados e divulgados. Ou seja, as tecnologias digitais podem contribuir para o registro e compartilhamento de documentos, a elaboração colaborativa de trabalhos, a construção da reflexão (pessoal e coletiva), a construção do conhecimento (ALMEIDA; ALVES; LEMOS, 2014; ALMEIDA; VALENTE, 2012, KOHN; MORAES, 2007).

Os recursos tecnológicos podem e devem ser usados para o monitoramento dos programas. De forma online, alunos e professores podem, periodicamente, registrar sua avaliação sobre as atividades desenvolvidas, sobre as mudanças curriculares e as aprendizagens delas decorrentes, dentre outros aspectos.

Então, o sucesso da escola eu nem posso atribuir totalmente ao ProEMI e nem o fracasso, eu não posso também atribuir totalmente ao ProEMI. Você sabe, e todos nós sabemos, que no Brasil, há muitas

variantes que podem interferir nesse resultado, mas o que a gente tem visto em relatórios, que mostram a questão qualitativa, a gente vê uma melhora. Mas nós não temos uma avaliação institucional do ProEMI, [por assim] dizer eu vou colher dados e vou ter a realidade do ProEMI, o que temos são pesquisas pontuais (E 8, 2018, Informação Verbal).

De certo modo, foi demonstrada a impossibilidade de avaliação do ProEMI, pois na forma como está implantado, atualmente não há possibilidade de se mensurar seus resultados, de maneira realista. Até então, não se tinha instrumentos para coletar dados e realizar tal análise.

Porém, foi possível verificar que a avaliação é possível, desde que haja interesse dos executores e vontade do Estado em realizar o acompanhamento e desenvolver a prática avaliativa nos programas, seja no ProEMI ou em outros programas públicos. Instrumentos abrigados no portal institucional, divulgados amplamente para o conhecimento e uso dos professores e estudantes (quicá por pais e comunidade), podem ser importantes fontes para coleta de dados, tanto para o preenchimento do QL, quanto para relatórios analíticos sobre os resultados do referido programa.

Considerações Finais

Este texto procurou trazer elementos de uma experiência de adaptação e uso do Quadro Lógico, ampliado por diretrizes e dados coletados junto aos diferentes atores envolvidos., para fazer a avaliação do ProEMI, na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. O objetivo proposto foi analisar as possíveis contribuições do ProEMI para a melhoria do Ensino Médio da Escola

tendo como pano de fundo a matriz do quadro lógico, como instrumento para registro e disponibilização de informações sobre as práticas desenvolvidas no contexto do programa para aprimoramento de suas atividades, “entregas” e resultados.

Durante a coleta de dados na escola, ficou evidente que o ProEMI tem gerado bons frutos na Escola. Os relatos dos professores e gestores, mostram um engajamento para inovar o Ensino Médio de um ensino tradicional, focado no currículo prescrito e linear, para um ensino em que prevaleça o protagonismo dos jovens, portanto um currículo integrado e flexível, adequado às necessidades dos jovens na sociedade digital.

A produção de uma série de atividades, no bojo do programa, gerou projetos diversos como os ligados à astronomia, modelagem e robótica. Também foi observada a preocupação com a saúde dos estudantes, em ajudá-los a desenvolver habilidades para o mercado do trabalho e encorajá-los a dizer o que pensam, expressar seus anseios e suas necessidades.

Tais atividades foram e são importantes para provocar nos alunos o sentimento de pertencimento, de se sentirem acolhidos e preparados para enfrentar o mundo fora das paredes da sala de aula e da escola, mundo este cada vez mais competitivo e exigente.

Em relação à avaliação objetiva do ProEMI, na escola, não parece ser possível confirmar que os elementos oficiais, explicativos da melhoria da qualidade da educação, sejam decorrentes do referido programa. Uma avaliação focada nas etapas finais do processo, de mensuração, como por exemplo, a média no Ideb, que compara as escolas e o alcance de metas gerais geradas por médias de variáveis, não parece ser adequada.

Embora dispor de indicadores seja importante, estes são insuficientes para avaliar um programa decorrente de uma política pública. Diante dos objetivos do programa e do seu mérito como estratégia de melhoria na qualidade do Ensino Médio, muitas variáveis precisam ser consideradas. É preciso aumentar a permanência do aluno na escola, reduzindo a evasão e repetência, por meio de ações de convivência escolar harmoniosa, que garantam um ensino de qualidade para crescimento pessoal, social de forma consciente, solidária, responsável, participativa e crítica.

Assim, no que tange ao processo de avaliação do programa, ficou constatada a limitação do uso exclusivo do QL, por isso ele foi adaptado com a inclusão de diretrizes apontadas pela equipe da escola, que identificou aspectos carentes de melhorias. A taxa de rendimento, apesar de vir melhorando nos últimos anos, ainda tem espaço para melhorar.

Conforme depreende-se dos documentos orientadores do programa, o objetivo maior do ProEMI é auxiliar no alcance da Meta 3 do Plano Nacional da Educação, apesar do programa estar trazendo melhorias e benefícios em diversas áreas, verificou-se que a mesma vem falhando na manutenção e adesão de novos alunos em seu quadro. Porém, esta é uma dificuldade observada tanto a nível estadual como a nível federal onde, também, se observa redução no número de estudantes matriculados. Isso demonstra a necessidade de ações mais efetivas, caso se queira alcançar essa meta até 2024.

Neste ponto, o monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos são fundamentais no sentido de permitir que sejam realizadas correções de desvios e adequações em sua fase de implementação e

execução. Assim será facilitada a busca do objetivo maior do programa de forma que possa ser facilmente visualizado pelos agentes desenvolvedores e executores, bem como da população impactada pelo programa.

Assim como qualquer outro programa público, o ProEMI também carece de monitoramento e avaliação, nenhum programa será perfeito e atenderá a todas as necessidades no primeiro, segundo ou talvez até terceiro ano de implantação, sendo necessário esse constante monitoramento que permitiria o combate a possíveis desvios, corrigindo-lhe a rota. Percebeu-se que os entrevistados possuem ciência e reconhecem essa necessidade, porém, não sabem ao certo como fazer isso, já que o programa possui certo caráter subjetivo e os dados numéricos não conseguem refletir sua complexidade.

Portanto, recomenda-se que alunos e professores, além dos coordenadores, participem do monitoramento e avaliação do programa. É fundamental saber como os mesmos pensam e se sentem em relação à sua participação nas atividades do programa, como ele tem contribuído para as mudanças no currículo e para a formação integral dos alunos.

Desse modo, a presente pesquisa traz como contribuições ou benefícios, a propositura de uma metodologia para monitoramento e avaliação do ProEMI que conjuga o QL com outros instrumentos avaliativos. Por fim, destaca-se que estes instrumentos podem passar por adaptações, seja para aplicação no âmbito do ProEMI nas escolas que aderiram ao programa, ou para outros programas públicos. Por fim, recomenda-se que a aplicabilidade desta proposta se constitua em objeto para pesquisas futuras.

Referências

- ALMEIDA, M. E. B.; ALVES, R. M.; LEMOS, S. D. V. **Web Currículo**: aprendizagem, pesquisa e conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- ALMEIDA, M.E.B; VALENTE, J. A. Integração currículo e tecnologias e a produção de narrativas digitais. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 3, p. 57-82, 2012.
- ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA; CARVALHO (org.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI**. Apresentação. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23> Acesso em 29 Abr. 2017.
- BRASIL. MEC/SEB. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. **Portaria ministerial n. 971, de 09 de outubro de 2009**. Brasília, DF: SEB/MEC, 2009a. 8p.
- BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. 2016/2017. Brasília: SEB/MEC, 2016. 23p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2016-pdf/50311-documento-orientador-adesao-20162017-pdf/file>> Acesso em 01 jul. 2018.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uplo>
- ads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em 20 set. 2018.
- BRAVO, R. de S. **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais: O caso do programa de qualidade no ensino da Secretaria de Educação do Estado do Paraná**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.
- CUNHA, C. G. S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 12, 2018.
- DEUBEL, A.N. R. **Políticas Públicas: Formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.
- Entrevista 1. [nov. 2018]. Entrevista realizada em Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (58 min.).
- Entrevista 2. [nov. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (58 min.).
- Entrevista 3. [nov. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (58 min.).
- Entrevista 4. [nov. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (35 min.).
- Entrevista 5. [nov. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (17 min.).
- Entrevista 6. [dez. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (17 min.).
- Entrevista 7. [dez. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (16 min.).
- Entrevista 8. [dez. 2018]. Entrevista realizada em Palmas. 2018. 1 arquivo .mp3 (27 min.).
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.

Planejamento e Políticas Públicas, nº 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>> Acesso em: 20 fev. de 2018.

GABRIELIAN, V.; YANG, K.; SPICE, S. Qualitative Research Methods. IN: YANG, K.; MILLER, G. J. **Handbook of research methods in public administration**. 2nd. Ed. New York: M Dekker, c1999, p.141-168.

GATTI, B.A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>> Acesso em: 20 de jun. 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em 25 de jun. 2017.

GONZALEZ, T. The Role of Values in the Evaluation of Policies for Complex Educational Systems. **RMIE**, México, v. 16, n. 50, p. 853-883, sept. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662011000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. IN: HEIDEMANN, F. G; SALM, J.F. (orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a

realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

KOHN, K.; MORAES, C. H. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2007. p. 1-13.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, E. e FARIA, C. (org.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

MOKATE, K. M. Convirtiendo el "monstruo" en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencial social. Revista do Serviço Público, Ano 53 Número 1, Jan-Mar 2002. Disponível em<http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=836&Itemid=129
<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1964>> Acesso em: 05 set. 2019.

PEREIRA, E. C.; CONCEICAO, R. J.; NUNEZ, B. E.C. A metodologia do marco lógico e a gestão da informação: um estudo de caso para Tunas-PR. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 63-75, Apr. 2009 Disponível em: m <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PFEIFFER, P. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/issue/62/68>> Acesso em 25 mar. 2018.

SANTOS, M. G. Políticas Públicas: Contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, A.F.; FERREIRA, M.das G. (Orgs.). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. IN: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SEDUC-TO, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes. **Relatório síntese do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI de 2016, 2017 e 2018**. Técnica Responsável Nelma Maria Matias Pinheiro. Palmas- TO, 2018.

SEN, A. Algumas ideias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. In: UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília, DF: Unesco: MEC, 2003. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000001.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2018.

SUBIRATS, L. **Analisis de politicas publicas y eficacia de la administracion**. Madrid –ESP. Ministerio para las Administraciones Publicas, 1992.

Anexo I

Quadro 2 - Quadro Lógico do ProEMI para a EEFJPN

	Lógica de Intervenção	Indicadores Objetivamente Comprováveis	Fontes de Comprovação	Suposições Importantes
Objetivo Superior	Atendimento a Meta 3 do PNE ⁹ (1)	85% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio até 2024 (1)	Censo Escolar (1)	Não Alteração da Meta por parte do governo federal (2)
Objetivo do Programa	Melhoria dos Índices Escolares (1)	Atingir 3,8 no Ideb em 2019 ¹⁰ . (1)	Resultados SAEB e Ideb divulgados pelo INEP. (1)	Não Alteração da Meta por parte do governo federal (2)
Resultados	Aumento da participação no Enem (2) Maior número de alunos frequentando do Ensino Superior. (2) Melhoria do rendimento dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática. (2) Diminuição dos índices de abandono e evasão escolar (2) Aumento do índice de aprovação e redução no índice de reprovação (2) Aumento da participação dos alunos nas atividades extracurriculares. (2)	90% dos alunos concluintes realizando o ENEM. (2) 80% dos alunos concluintes matriculados no Ensino Superior. (2) Atingir nota 280 no SAEB para português e matemática (2) Atingir 81% de taxa de aprovação, 12% reprovação e 8% abandono. (2). 60% dos alunos participando de atividades extracurriculares. (2)	Resultados do ENEM (2) Registros Escolares (2) Resultados SAEB (2) Taxa de Rendimento divulgado pelo INEP (2) Registro dos professores e coordenador do programa (2)	Não alteração dos objetivos do programa durante o período de sua existência.
Atividades Principais (1)	Plantão semanal - Monitoramento dos conteúdos – Língua Portuguesa, e matemática, Monitoria, Cursinho do FRED/ Preparação para o ENEM, Produção de Texto, Estratégia para as aulas de Matemática adotadas pelo Professor: Matemática para Boatemática - site Aulas no laboratório da disciplina Utilização do Blog para informações e atividades Projetos Interdisciplinares – Literatura, Filosofia, Artes. Elaboração de projetos utilizando as normas da ABNT Metodologia Científica Apresentações – Grupo Junino Oficinas de Grafite. Formação de Plateia – teatro, cinema. Utilização das Tecnologias digitais. Oficina de games, simuladores	Pelo menos 80% dos alunos participando das atividades extracurriculares promovidas pelo programa. (2)	Registro dos professores e coordenador do programa (2)	Encerramento do programa provocando a descontinuidade das atividades realizadas.

⁹ A meta 3: universalizar, até 2024, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento. (Brasil, 2014).

¹⁰ Meta adotada pelo INEP para a escola a partir dos resultados divulgados em 2017.

Oficina de Invenções Robótica Educacional Participação em Seminário: UFT – Fórum Tocantinense da Informação e Comunicação - Tocantins Curso de Lógica Simbólica V Seminário Webcurrículo – São Paulo Realização na Escola de Webconferência Jogos Interclasses – arbitragem oficial Horário para treinamento esportivo Semana de Vida Saudável Jogos Inclusivos, Visita ao SENAI Curso Crescendo e Empreendendo – SEBRAE Aulas e Palestras motivacionais Projeto Namoro ou Amizade – bullying, sexualidade, cutting Atendimentos estagiários ULBRA – projeto de Vida, relacionamentos Grêmio Estudantil – eleição, palestras			
--	--	--	--

Fonte: Os autores (2019).

Legenda:

(1) para dados explícitos nos documentos oficiais

(2) dados implícitos obtidos por meio de inferência de informações adquiridas em entrevistas e nas entrelinhas dos documentos.